



**ESTADO DO TOCANTINS**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 043/2021, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021**

*Aprovado em*  
*14/12/2021*  
*[Assinatura]*

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS (TO) QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS**, Estado do Tocantins, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, submete para deliberação de Vossas Excelências o Projeto de Lei, na forma que especifica:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de uso com a Cerrato Educacional/Centro Educacional Cerrato Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.442.526/0001-79, relativo ao imóvel denominado Escola Municipal Isabel Carlos Wanderley, situado na Rua Macilon Martins, nº 121, Quadra 74, Lote 01, Setor Fernandinho, CEP: 77.670-000, da Cidade de Divinópolis do Tocantins (TO), de propriedade do Município, matriculado sob o nº 108, registrado no R1, livro 2-A, com a finalidade exclusiva de implantar, instalar e funcionar o Polo Educacional EaD (Ensino a Distância).

**Parágrafo único** - A concessão de direito real de uso vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data da assinatura do referido contrato, podendo ser prorrogada, por igual período, mediante a celebração de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo e de comum acordo entre as partes.

**Art. 2º** - Obrigar-se-á a concessionária, nos termos do contrato de concessão de direito real de uso, entre outros itens a:

**I** - Utilizar-se a área referida no artigo anterior, destinando-a exclusivamente para instalação e funcionamento de suas atividades conforme estabelece a Lei;

**II** - Responsabilizar-se pela execução da instalação e funcionamento de Polo Educacional EaD (Ensino a Distância), de acordo com o que determina a Legislação específica;

**III** - Viabilizar a estrutura e pessoal habilitado para o funcionamento do Polo Educacional EaD (Ensino a Distância);

**IV** - Zelar pela qualidade, eficiência, oportunidade e aperfeiçoamento dos serviços;

**V** - Responsabilizar-se por todos os danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da ação ou omissão na execução dos serviços;





## ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

**VI - Devolver ao Município, após o prazo contratual, a área/o imóvel, objeto da concessão do direito real de uso, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.**

**Parágrafo §1º -** Após o término do Contrato o imóvel devolvido deve estar limpo e livre de quaisquer modificações que tiverem sido realizadas, salvo se o ente público tiver interesse em permanecer com as alterações, todavia em ambas as hipóteses não lhe assiste o direito de indenização ou retenção por benfeitorias e instalações feitas.

**Parágrafo §2º -** A área mencionada no art. 1º desta Lei não poderá ser destinada para outros fins, que não sejam os propostos pela concessionária, definidos nesta Lei e constantes do Termo de Compromisso a que se refere o mesmo artigo.

**Parágrafo §3º -** Todas as despesas decorrentes dos procedimentos legais para efetivação da presente concessão correrão por conta e responsabilidade da concessionária

**Art. 3º -** Ficará revogada a presente concessão de direito real de uso, entre outras hipóteses, no caso:

**I -** da concessionária deixar de cumprir com a finalidade específica ao uso, entre proposto;

**II -** da concessionária deixar de cumprir com termos da presente Lei e das cláusulas do contrato de concessão;

**III -** de renúncia à concessão ou transferência de fato ou de direito a terceiros, sem a concordância expressa do Poder Executivo;

**IV -** de interesse público.

**Art. 4º -** A concessão de direito real de uso disposta nesta Lei no art. 1º, observará as obrigações, observações e determinações das Legislações aplicáveis a matéria, e ainda, antes da assinatura do contrato deverá ser atestado que não existe proibitivo que a concessionária pactue com a administração pública, com a apresentação dos seguintes documentos:

- ☐ Certidão Negativa de Débitos da União;
- ☐ Certidão Negativa de Débitos do Estado;
- ☐ Certidão Negativa de Débitos do Município;
- ☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- ☐ Certidão de regularidade de FGTS;
- ☐ Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**Art. 5º -** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Divinópolis do Tocantins – TO, aos 06 dias do mês de Dezembro de 2021.

**FLÁVIO RODRIGUES SILVA**  
Prefeito Municipal

Flávio Rodrigues Silva  
Prefeito Municipal  
Gestão 2021/2024

Aprovado em  
16/12/2021





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

### **PARECER LEGISLATIVO Nº 0047/2021 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

**COMISSÕES: Constituição e Justiça e Finança e Orçamento**

**Projeto de Lei Executivo Nº 43, de 06 de Dezembro de 2021.**

**INTERESSADO: PODER EXECUTIVO**

**ASSUNTO: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS (TO) QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

### **RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel de Propriedade Do Município De Divinópolis Do Tocantins (TO) e está sendo submetido à análise da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins, visando cumprir o devido processo legislativo.

O Projeto em análise estabelece que:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de uso com a Cerrato Educacional/Centro Educacional Cerrato Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 36.442.526/0001-79, relativo ao imóvel denominado Escola Municipal Isabel Carlos Wanderley matriculado sobre o nº. 108, de propriedade do Município, registrado sob o nº. R1, Livro 2-A, com a finalidade exclusiva de implantar, instalar e funcionar a Universidade de Santo Amaro - SP (UNISA).

**Parágrafo único** - A concessão de direito real de uso vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data da assinatura do referido contrato, podendo ser prorrogada, por igual período, mediante a celebração de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo e de comum acordo entre as partes.

É o sucinto relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO:**

A matéria versada no projeto em questão é de interesse local, aliado ao fato de que a sua iniciativa compete ao Chefe do Executivo.

O projeto de Lei visa a autorização do Legislativo Municipal, para que o Poder Executivo possa ceder, a título gratuito, um imóvel comprovadamente de sua propriedade, denominado Escola Municipal Isabel Carlos Wanderley, localizado neste município de Divinópolis do Tocantins.

**Aprovado em**  
16/12/2021  
*[Assinatura]*

Av. Divino Luiz Costa s/n - Setor Parque dos Buritis  
Divinópolis do Tocantins - TO CEP 77.670-000  
Email: [camaramunicipaldedivinopolis@hotmail.com](mailto:camaramunicipaldedivinopolis@hotmail.com)  
Telefone: (63)3531-1301  
[www.divinopolisdotocantins.to.leg.br](http://www.divinopolisdotocantins.to.leg.br)







## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

### **PARECER LEGISLATIVO Nº 0047/2021 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

**COMISSÕES: Constituição e Justiça e Finança e Orçamento**

**Projeto de Lei Executivo Nº 43, de 06 de Dezembro de 2021.**

**INTERESSADO: PODER EXECUTIVO**

A cessionária refere-se à **Universidade de Santo Amaro - SP (UNISA)**, uma das mais tradicionais instituições de ensino superior do Brasil, com mais de 50 anos de história. Nasceu com um curso de Medicina e se tornou referência em Saúde. Essa qualidade foi transferida para todos os demais cursos da Instituição. Hoje, são mais de 100 entre graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

A Concessão de direito real de uso é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse.

Segundo disciplina a lei e reproduzem muitos doutrinadores, a Cessão de Direito Real de Uso pode ser outorgada por contrato, público ou particular, ou termo. "*In casu*", como prevê o projeto sob análise, o contrato será administrativo o que dependerá, portanto, de pactuações realizadas por meio do negócio jurídico.

A autorização legislativa é um requisito imprescindível à validade do negócio, atenção e cautela à uma boa interpretação do que se estabelece da Constituição Federal.

Momento outro, resta configurada o objeto que o bem cedido se destina, ou seja, as finalidades estipuladas legalmente – usos especiais, eminentemente social.

A gratuidade trazida no texto do projeto de Lei é uma reprodução da previsão legal de que a Cessão de Direito Real de Uso pode ser remunerada ou gratuita, permitido à primeira quando restar comprovado o uso envolver desempenho de uma atividade de interesse coletivo que já represente em si uma carga ou ônus e quando a cobrança pelo uso privativo importar afronta à modicidade das tarifas do serviço público que tem o bem como suporte.

Enfim, a utilização do bem público específico, comprovada a autorização legislativa, com previsão de prazo e gratuidade, conferem permissão ao Ente público de disponibilizar temporariamente à outrem que não o titular do bem.

Portanto, nos termos de toda a legislação aplicável à espécie – Constituição Federal, Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa Legislativa – o projeto é legal e constitucional.

**Aprovado em**  
**16/12/2021**

Av. Divino Luiz Costa s/n - Setor Parque dos Buritis  
Divinópolis do Tocantins - TO CEP 77.670-000  
Email: [camaramunicipaldedivinopolis@hotmail.com](mailto:camaramunicipaldedivinopolis@hotmail.com)  
Telefone: (63)3531-1301  
[www.divinopolisdotocantins.to.leg.br](http://www.divinopolisdotocantins.to.leg.br)







## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

### **PARECER LEGISLATIVO Nº 0047/2021 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

**COMISSÕES: Constituição e Justiça e Finança e Orçamento**

**Projeto de Lei Executivo Nº 43, de 06 de Dezembro de 2021.**

**INTERESSADO: PODER EXECUTIVO**

Não há objeção quanto à constitucionalidade e à legalidade do projeto. De outro lado cumpre os requisitos exigidos na legislação em vigor, estando garantida a juridicidade deles.

Portanto, as Comissões estuaram e analisaram o referido Projeto de Lei e não encontrando nenhum vício de inconstitucionalidade resolveram **emitir parecer favorável**.

### **VOTO:**

As Comissões votam favorável pela aprovação do referido Projeto de Lei.

#### **COMISSÃO: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

\_\_\_\_\_  
Ozias Teles dos Santos  
**Presidente**

\_\_\_\_\_  
Viviane Martins de Abreu Custodio  
**Relatora**

\_\_\_\_\_  
Laura Dinalmy Vieira de Abreu  
**Vogal**

#### **COMISSÃO: FINANÇA E ORÇAMENTO**

\_\_\_\_\_  
Luiz Aires Marinho  
**Presidente**

\_\_\_\_\_  
Igor Carvalho dos Santos  
**Relator**

\_\_\_\_\_  
Rivaldo Barbosa de Souza  
**Vogal**

**Aprovado em**  
16/12/2021

Av. Divino Luiz Costa s/n - Setor Parque dos Buritis  
Divinópolis do Tocantins - TO CEP 77.670-000  
Email: [camaramunicipaldedivinopolis@hotmail.com](mailto:camaramunicipaldedivinopolis@hotmail.com)  
Telefone: (63)3531-1301  
[www.divinopolisdotocantins.to.leg.br](http://www.divinopolisdotocantins.to.leg.br)

